



(IN)SEGURANÇA PÚBLICA: SISTEMA CARCERÁRIO

Reincidência de presos supera 30% no País, que tem 827 mil detentos

— Especialistas culpam problemas estruturais das cadeias, leis e ineficiência do Estado em reinserção

MARCIO DOLZAN

País com a terceira maior população carcerária do mundo (quase 827 mil presos), o Brasil registra também alto índice de egressos de penitenciárias voltando ao sistema prisional por reincidência de crimes. Não há números oficiais, mas estudos mostram que cerca de 1/3 dos que cumprem pena acabam preso novamente.

Levantamento do Instituto Igarapé, com base em 111 estudos empíricos, indica que a reincidência chega a 32%. O relatório, de 2022, considera dados de quatro décadas, publicados em pesquisas de diferentes níveis. Outro estudo, do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mostra números mais altos: a reincidência atinge 37,6% para novo cumprimento de pena em até cinco anos, e alcança 42,5% se for considerada qualquer entrada no sistema prisional (quando há prisão, mas ainda sem nova sentença, tecnicamente a volta ainda não é considerada reincidência).

Em geral, os números são fornecidos só por alguns Estados e não há uniformidade. A pesquisa do Depen, por exemplo, apesar da base robusta de

dados, usa informações de 13 unidades – e não inclui algumas das maiores, como Rio e Minas. Na avaliação do Igarapé, a ausência do banco de dados completo contribui para a reincidência. “Sistematizar informações é crucial para a formulação eficaz de políticas públicas, dando base sólida e abrangente para implementar estratégias de reintegração social e redução da reincidência”, diz Melina Risso, diretora de pesquisa do instituto.

Retorno ao mesmo crime
Reincidência está ligada à repetição de infrações; pesquisador pede foco em quem é preso pela 1ª vez

CAUSAS. Especialistas apontam diferentes motivos, entre eles problemas estruturais dos presídios, de legislação e a própria ineficiência do Estado na reinserção social. “As causas são múltiplas, mas é evidente a deficiência do Estado em prover oportunidades a quem por alguma razão entrou nesse universo”, afirma o delegado Fernando Veloso, ex-secretário de Administração Penitenciária do Estado do Rio.

“Uma das primeiras questões é que o preso é identificado com a facção que atua na-

quele território – e há mais de 70 ou 80 no País”, diz. Segundo ele, o preso é logo “matriculado” na facção, sem necessariamente ter o crime organizado.

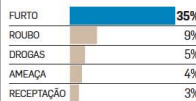
Isso eleva o risco de que se envolva em outros delitos no futuro. Além disso, a prisão pode funcionar como uma “escola” do crime, onde são compartilhadas estratégias com colegas de cela e é criada uma rede de contatos que pode ser retomada no futuro. “Dentro da unidade prisional, o Estado não tem o controle. Quem tem é o próprio preso. O que o Estado consegue fazer é dizer que não pode sair. Só isso”, acrescenta Veloso. Muitas vezes nem isso é possível. Nesta semana, houve pela primeira vez uma fuga de um presídio federal: dois detentos, que têm ligação com o Comando Vermelho, escaparam de unidade de Mossoró (RN).

MESMOS CRIMES. O estudo do Depen mostra que os casos de reincidência frequentemente estão ligados aos mesmos crimes que levaram à primeira pena. Delitos contra o patrimônio (roubos e furtos), em geral, se repetem. Apesar da tendência, também há registro de crimes novos: 3% dos presos por crimes relacionados a drogas, por exemplo, voltam à ca-

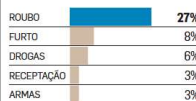
REINCIDÊNCIA CRIMINAL

Por tipo de crime cometido inicialmente

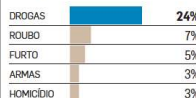
Furto



Roubo



Drogas



Ameaça



Lesão



FONTE: INSTITUTO IGARAPÉ E DEPEN / INFOGRÁFICO: ESTADO

deia após casos de homicídio. “Se as condições de vida – pessoais, relacionais, econômicas e sociais – do indivíduo preso não mudarem, a chance de esse tipo de conduta voltar a acontecer é relativamente grande”, diz André Vilela Kamatsu, pesquisador do Núcleo

de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. O próprio encarceramento, destaca ele, reduz as possibilidades de trabalho pós-prisão.

A pesquisa do Igarapé mostra que uma rede familiar fraca, baixa conexão com a escola, trabalho precoce e histórico de delitos na adolescência antes da primeira prisão influenciam. Durante o cumprimento da pena, a violência institucional e a convivência com bandidos contumazes aumentam ainda mais o risco. Já depois da soltura, a falta de apoio da família, a ausência de políticas públicas para egressos e o abuso de drogas contribuem.

O QUE FAZER? Veloso defende foco em evitar que o preso pela primeira vez siga no mundo do crime. “É preciso uma divisão entre crimes violentos e não violentos. Todo benefício deve ser mantido, mas para os que não praticaram violência contra a pessoa”, diz. “O sujeito que errou pela primeira vez tem de ser tratado de forma diferente do que fez várias.”

Para André Vilela Kamatsu, da USP, endurecer a legislação, como sugere parte do Congresso (*mais informações nesta página*), não resolve. “É preciso ter políticas de desencarceramento, em especial nos casos de menor gravidade e que muitas vezes sequer foram investigados e/ou julgados. E, claro, essas políticas só funcionarão se atreladas a outras políticas de maior inclusão e igualdade social”, diz.

O levantamento do Igarapé mostra que apenas 14 Estados têm programas de reintegração social de presos, o que envolve, por exemplo, estratégias de trabalho, educação e assistência social para os detentos. “Vimos que o primeiro mês é crucial para quem sai da prisão. Criar e investir em programas que atuem na transição do mundo da prisão para a vida em liberdade é chave.” ●

Congresso discute a revisão de ‘saidinhas’ e progressão

A Lei de Execução Penal prevê benefícios para presos que apresentarem bom comportamento. Há, porém, críticas à legislação, sobretudo à “saidinha”, que permite a saída temporária dos detentos em datas comemorativas.

Um projeto de lei no Senado tenta restringir esse benefício. O relator do texto, aprovado na Câmara em 2023, foi o então deputado Guilherme Derriete (PL), hoje secretário da Segurança Pública em São Paulo. Para ele, a saidinha está por trás da reincidência. “A gente não tem dificuldade de pren-

der quadrilhas, criminosos. A gente tem dificuldade com a reincidência criminal”, afirmou, em entrevista em dezembro. “É normal um país pren-

A visão dos especialistas
Para promotor e juiz, leis precisam ser revistas, mas não deveriam ser extintas por completo

der 14 vezes o mesmo indivíduo pelo mesmo crime grave? É normal prender pela 30.^a vez um indivíduo com fuzil?”

Para o promotor Alexandre Daruge, do Ministério Público de São Paulo, a saidinha não precisa ser extinta, mas passar por uma restrição. “É chegada a hora de equalizar um pouco isso, frear um pouco as saídas em bloco”, diz. Daruge participou do podcast *Dois Pontos*, do Estadão. “Quando se fomenta um discurso muito punitivista, olha-se só para o aspecto de vingança. E quando se pensa muito na ressocialização sem verificar que aumenta o risco social dentro da execução penal, deixa de garantir que o sistema funcione a contento.”

PROGRESSÃO. A lei prevê que o cumprimento da prisão será executado de forma progressiva, a partir de transcorrido 1/6 dela, desde que o apenado tenha bom comportamento. Para muitos, a medida é vista como outro facilitador da reincidência e no Congresso há ao menos três projetos que propõem aumentar restrições à progressão de regime.

Um deles impede a progressão de regime para condenados por estupro ou estupro de vulnerável; outro prevê que condenados por homicídio de autoridade ou integrante das

forças de segurança precisarão cumprir no mínimo 80% da pena para pedir a progressão de regime. Um terceiro defende monitoramento eletrônico obrigatório para todos os presos que passam para os regimes aberto ou semiaberto.

O juiz Luís Geraldo Lanfredi rebate as críticas. “Ela (*a progressão*) tem por base avaliações objetivas e subjetivas, estudos que importam a singularização da vida do condenado, instrumentos que, se bem empregados, trazem prognósticos que evitam ou diminuem a chance de reincidência.” ●